

Presidente mantém segredo das decisões

Da Redação
Com Agência JB

Buritis - Sigilo absoluto. Foi a determinação do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a reunião de ontem com seus principais assessores das áreas econômica e política. O encontro terminou no final da tarde e teve como objetivo discutir o plano de governo que será apresentado aos líderes dos partidos aliados na próxima semana.

Nenhuma informação sobre o encontro pôde ser divulgada, e a orientação dada aos presentes foi de não "vazar" o teor da reunião. Os participantes deixaram a fazenda da família do presidente às 17h30 de helicóptero, rumo à Base Aérea de

Brasília. O presidente permaneceu na fazenda, onde deve ficar até hoje. A reunião começou por volta das 10 horas.

A assessoria do Planalto não confirmou sequer o nome das pessoas que estiveram no encontro. A lista de participantes divulgada sexta-feira incluía os ministros da Fazenda, Pedro Malan, da Casa Civil, Pedro Parente, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira e os assessores especiais do Planalto Vilmar Faria e Eduardo Graeff.

METAS OUSADAS

O novo Plano de Ação Governamental, discutido neste sábado, custará R\$

140 bilhões e prevê ações para os dois últimos anos de governo. O anúncio das medidas será amanhã para os partidos políticos. Será uma Agenda de Desenvolvimento para 2001/2002, com metas econômicas e obras de infra-estrutura, entre elas a privatização de Furnas e a construção da ferrovia Transnordestina, promessa do governo ao PFL.

Será o maior investimento já feito no país na área social, além de uma plataforma para eleger o sucessor do presidente Fernando Henrique em 2002. O plano poderá reforçar o cacife do ministro José Serra, da Saúde, um dos pré-candidatos à sucessão. A área da saúde foi contemplada com o único novo programa, que se chamará Bolsa-Saúde ou Bolsa-Alimentação. Estarão incluídos no novo plano 50 programas selecionados do Avançar Brasil.

Uma lista de reformas — a agenda legislativa do governo — para ser examinada pelo

Congresso Nacional estará no plano e tentará agradar a todos os partidos da base aliada. O objetivo é aprovar as reformas até o fim deste ano, antes do início do debate da sucessão presidencial, no primeiro semestre de 2002.

A prioridade será a substituição da CPMF, o imposto do cheque, que acabará em julho de 2002; por novo imposto ou por aumento de 1,5% na alíquota da Cofins. Uma reforma tributária em fatias, a nova lei de falências, um projeto de regulamentação do sistema financeiro (artigo 192 da Constituição), a regulamentação da previdência complementar são algumas das reformas que o governo submeterá ao Congresso.

A emenda constitucional que trata dos inativos dependerá do apoio dos governadores. Além de acelerar o programa de privatização, com a venda de Furnas, o governo vai colocar no mercado as ações da Vale do Rio Doce.